

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A nação na província: o IHGB, o Rio Grande de São Pedro e a história nacional.

Alexandre Lazzari*

Resumo: Este trabalho analisa um momento do debate do pertencimento da província do Rio Grande de São Pedro à nacionalidade brasileira durante o século XIX. Pretende-se evidenciar como as narrativas da história provincial estiveram vinculadas ao projeto de história do Brasil do IHGB no oitocentos, preocupado em integrar a diversidade das províncias no todo nacional. A criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860) fez parte de uma sucessão de tentativas de compor narrativas sobre o lugar dos rio-grandenses na História e nas Letras nacionais, de modo que afirmava-se a diferença local, e ao mesmo tempo declarava-se um patriotismo extremado.

Palavras-chave: historiografia brasileira - identidade nacional - regionalismo

Abstract: This paper analyses a moment of the nineteenth century debate on the belonging of Rio Grande de São Pedro province to the Brazilian nation, and also the relationship with Brazil's history project made by the IHGB, concerned with the national integration of the various provinces. The creation of the Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860) was part of successive trials to build narratives about the rio-grandenses' role in national History and Literature, so that the local differences could be reaffirmed, and at the same time, an extreme patriotism have been declared.

Keywords: brazilian historiography - national identity - regionalism

Este trabalho analisa um momento do debate do pertencimento da província do Rio Grande do Sul à nacionalidade brasileira durante o século XIX. Seu objetivo é evidenciar como as narrativas da história provincial e as representações da identidade rio-grandense estiveram relacionadas com o projeto de história nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no oitocentos, época em que esta instituição, entre outros objetivos, preocupava-se com um melhor conhecimento das diversas regiões e com a unidade do país. Esta pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (neste trabalho abreviado como IHGPSP), que existiu por um breve período entre 1860 e 1864, é o ponto de partida de um estudo mais abrangente sobre a identidade rio-grandense no século XIX.¹ Não se trata da busca por qualquer origem ou marco fundador, mas de revelar o cruzamento de determinadas condições políticas e escolhas intelectuais decisivas para que, na própria província, se consolidasse o interesse pela integração do Rio Grande de São Pedro ao projeto de uma história nacional. O papel do IHGB na construção de uma história oficial e do reconhecimento

* Doutor em História Social pela Unicamp, professor do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.

¹ Ver Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, coleção da Biblioteca Nacional, com dois números publicados em 1860 e um para cada ano entre 1861 e 1863. Para um estudo mais detalhado desse material, ver Lazzari (2004).

intelectual da legitimidade do regime monárquico é bem conhecido.² Mas o modo como nele repercutiram as mudanças que se operavam na relação entre a Corte e as províncias é um aspecto ainda pouco conhecido, especialmente de um ponto de vista situado nestas últimas.

O estudo aqui realizado levou em conta a atuação política e a diversidade de pontos de vista dos indivíduos e grupos letrados. Apesar da coesão do grupo fundador do IHGB na lealdade ao imperador, entre os sócios existiam diferentes opiniões sobre como escrever a história nacional. Um dos pontos sobre os quais divergiam aqueles notáveis era se estudos mais apurados das diferentes histórias provinciais deveriam anteceder a redação de uma História Geral do Brasil. Este foi nada menos que o primeiro tema debatido nas sessões do Instituto, e sobre o qual tinham diferenças de opinião os dois sócios que propuseram sua criação à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1838. Um deles era Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), cômego da Capela Imperial, diretor da Imprensa Nacional e “Secretário Perpétuo” do IHGB. Já na sessão inaugural, ele questionava os colegas sobre como determinar “as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta deve se dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões”.³ Para ele, uma cronologia das etapas da formação do Estado monárquico era o passo inicial da elaboração de uma história nacional.

O outro nome da dupla fundadora era o marechal Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839), oficial militar de longa carreira a serviço do Estado, primeiro à monarquia portuguesa e depois ao Império brasileiro. Seu estudo intitulado “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” foi uma resposta à questão do colega Januário.⁴ Nesse texto, argumentava que não era possível, naquele momento, escrever uma história geral do Império brasileiro que fosse “digna e crível”.⁵ Em seu favor, citava a intervenção do Visconde de São Leopoldo no debate, ninguém menos que o “Presidente Perpétuo” do IHGB, autor dos “Anais da Província de São Pedro”, a qual presidira por muitos anos.⁶ Para ele, faltavam muitos “elementos provinciais” para compor uma história do Império do Brasil, de modo que, em primeiro lugar, se deveria buscar uma história particular das províncias para servir de base a uma história geral do país.

² Para estudos sobre o IHGB, ver Guimarães (1988), Schwarcz (1993), Guimarães (1995), Callari (2001) e Cezar (2003).

³ Cf. “1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838”, Revista do IHGB, Tomo I, n. 1, 1º trim. de 1839, p. 45.

⁴ Cf. “2ª Sessão em 15 de dezembro de 1839” e “3ª Sessão em 19 de janeiro de 1839”, Revista do IHGB, Tomo I, n. 1, 1º trim. de 1839, p. 45.

⁵ Cf. Raymundo José da Cunha Mattos, “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”. Revista do IHGB, Tomo 26, 1º trim. de 1863. (publicação póstuma) p. 121.

⁶ Ver José Feliciano Fernandes Pinheiro, Anais da Província de São Pedro, 2ª ed., Paris, 1839, cf. reproduzida em Idem, *Ibidem*, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

O próprio Januário da Cunha Barbosa, já no primeiro número da Revista do IHGB, deixava claro que a história geral necessitava dos estudos provinciais para se constituir. Em sua visão, porém, não poderia ser substituída pelo conjunto das “histórias particulares”, pois a síntese geral era a finalidade última.⁷ Ao IHGB caberia, em analogia com a relação do governo da corte com o conjunto do território, estabelecer uma política centralizadora e unificadora dos esforços dos homens de letras do país, conferindo o sentido e a unidade que uma história nacional necessitaria. Por outro lado, a prioridade das histórias regionais era defendida principalmente por sócios oriundos da administração imperial, conhecedores do aparato burocrático e militar que mantinha a unidade do país, e que já tinham experimentado a difícil tarefa de conduzir administrações provinciais e operações militares a grande distância da corte. Os trabalhos publicados na Revista ao longo do século XIX evidenciam o prestígio dessa diretriz voltada para um conhecimento mais apurado da geografia e história das províncias e com a integração do vasto território.⁸ Uma lista, seguidamente publicada na contracapa, detalhava tudo que os sócios deveriam coletar nas províncias e enviar para a sede.⁹ Narrativas de viagem, coleta de documentos e o registro de feitos administrativos e militares eram modos de tratar da dimensão e complexidade do território que se desejava melhor conhecer e organizar.

A presença de numerosos estudos sobre as províncias na Revista do IHGB, no entanto, não significava que interesses e pontos de vista locais estivessem ali representados. Tanto que, embora já fosse prevista nos estatutos a “ramificação” nas províncias, quando foi recebido o pedido de filiação do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, não existia uma regra clara sobre como proceder e gastou-se cerca de um ano em discussões para regulamentar a relação com a primeira filial provincial.¹⁰

Foi no dia 19 de fevereiro de 1860 que um grupo de cidadãos eminentes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul decidiu criar a nova instituição, com autorização do Presidente da Província. No dia 1º de março, em assembléia geral, declararam a filiação ao IHGB, representado na ocasião por Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), prestigiado

⁷ Cf. Januário da Cunha Barbosa, “Discurso”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1º trim. de 1839, pp. 9-17.

⁸ Guimarães (1988) revela a insistência com que o problema da unidade das províncias aparecia nos trabalhos do IHGB. Cezar (2003) aponta essa preocupação no trabalho de von Martius sobre como escrever a história do Brasil.

⁹ Cf. “Lembrança — Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 2, 2º trim. de 1839, p. 109.

¹⁰ Cf. “Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1º trim. de 1839, p. 18.; “Suplemento — Atas das sessões de 1860”, *Idem*, Tomo 23, 4º trim. de 1860, p. 637; “Suplemento — Atas das sessões — 3ª sessão em 14 de junho de 1861”, *Idem*, Tomo 24, 1861; “Decreto No. 2482 de 21 de novembro de 1861 — Sobre as sociedades filiais”, *Idem*, p. 866.

mestre-escola nascido em Porto Alegre. O professor Coruja emigrara para a corte ainda durante a rebelião farroupilha e dois anos depois já era admitido no IHGB, onde ocuparia por muitos anos o cargo de tesoureiro. Já à frente da fundação do IHGPSP estava o general Manoel Marques de Souza (1804-1875), o Barão de Porto Alegre, herói militar e eminente líder político dos liberais do Rio Grande.¹¹ Seu prestígio pode ser medido pela biografia de fidelidade e serviços ao Império, por eleições sucessivas à câmara dos deputados e também por ter sido o primeiro e único presidente do novo Instituto. Antônio Pereira Coruja e Manoel Marques de Souza, o letrado e militar, podem ser apontados como representativos do perfil dos principais idealizadores da nova instituição provincial.

A principal contribuição intelectual do professor Coruja ao IHGB tinha sido um dicionário de 357 termos encontrados no falar dos rio-grandenses, especialmente entre os homens do campo, mas desconhecidos entre os eruditos da corte.¹² Autor como era de manuais de latim e compêndios de ortografia e gramática da língua portuguesa, ele considerava a língua um importante fundamento da nacionalidade. O vocabulário riograndense de Coruja era uma reação à desconfiança dos intelectuais fluminenses, que preferiam idealizar romanticamente as raízes da língua nacional entre povos indígenas extintos do que entre turbulentos e belicosos camponeses armados da fronteira meridional. Além de serem considerados mais bárbaros que civilizados, os “monarcas” das coxilhas rio-grandenses ainda podiam ser associados ao caráter nacional dos países republicanos do Prata, compartilhando a má fama dos caudilhos e dos *gauchos* platinos. Para o professor, tornar sua fala compreensível era uma estratégia para que pudessem ser reconhecidos como legítimos brasileiros e súditos do Imperador.

Pereira Coruja não era o único rio-grandense preocupado em divulgar uma imagem positiva da província para o mundo letrado da corte. Seu conterrâneo José Antonio do Valle Caldre e Fião (1821-1875), estudante de medicina e também mestre-escola, além de ser o único autor de romances citado no “vocabulário”, era outro jovem porto-alegrense emigrado para a capital do império nos tempos da guerra farroupilha.¹³ Para os dois professores, a quem os biógrafos atribuem uma origem social urbana e humilde, construir representações de uma identidade comum rio-grandense poderia se prestar a usos e propósitos os mais diversos.

¹¹ Cf. “O Instituto Histórico”, Revista do IHGPSP, n. 1, agosto 1860, p. 5.

¹² Cf. Antonio Alvares Pereira Coruja, “Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, Revista do IHGB, vol. 15, 1852, pp. 210-240. O artigo teria recebido uma segunda edição em Londres, em 1856, e uma terceira no Rio de Janeiro, em 1861.

¹³ Ver José Antonio do Valle Caldre e Fião. A divina pastora - novela rio-grandense, Porto Alegre: RBS, 1992 (publicação original: Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense, 1847); Idem, O corsário - romance rio-grandense, Porto Alegre: IEL, 1979 (publicação original: Rio de Janeiro, 1851).

Certamente assegurava reconhecimento, tanto entre as elites de proprietários rurais detentores de poder econômico e militar na província quanto entre os grupos letrados do Rio de Janeiro. Pereira Coruja, por exemplo, pôde participar dos círculos próximos do Imperador no papel de portador da erudição histórica relativa à província de São Pedro. Ao mesmo tempo, sempre oferecia apoio aos conterrâneos recém-chegados à capital do império. Suas atitudes favoreciam a inserção na sociedade erudita da corte e ao mesmo tempo permitiam a manutenção dos laços com a terra natal.

Voltemos agora ao Barão de Porto Alegre e ao papel dos militares na criação do instituto histórico e geográfico da província. Sua bem-sucedida carreira representava a continuidade de uma tradicional família de oficiais cuja história estava ligada à conquista do território rio-grandense. Em 1852, já reconhecido como o comandante vitorioso da campanha no Prata contra Rosas, ajudou a fundar a facção chamada “liberal-progressista” no Rio Grande, seguindo a política da conciliação do gabinete do Marquês do Paraná. Sob a liderança do prestigiado general, esse partido se manteve no poder por mais de uma década em estreita cooperação com os governos conservadores, tornando evidente o compromisso de grande parte da elite política liberal da província com o *status quo* imperial.¹⁴

Não por acaso, a honra de presidir o novo Instituto Histórico e Geográfico cabia a um militar com a trajetória do barão de Porto Alegre. O mesmo oficial que comandara a resistência porto-alegrense contra o cerco dos farrapos também liderara as forças que derrotaram o presidente argentino Rosas, uma vitória significativa tanto para o Império quanto para as elites da fronteira. Ele personificava a transição de um estado de guerra civil para um de aliança militar contra os inimigos externos e de consenso pela via da política, consolidando as instituições imperiais na província. É significativo que, em seu discurso inaugural para os sócios do Instituto, ele não tenha falado em resgatar uma história dos primeiros conquistadores do território em um tempo remoto, mas sim em registrar e transmitir para a posteridade a sua própria experiência.¹⁵ E a história vivida pelo comandante militar era a das inúmeras batalhas que revelariam as virtudes militares e patrióticas dos rio-grandenses. Por meio da representação do soldado de caráter e virtude exemplares, ele defendia uma identidade específica para a província e seus habitantes e demandava uma historiografia que transmitisse a memória de seus feitos às futuras gerações. A construção da nação tinha, segundo suas próprias palavras, “os sábios e os heróis” como seus principais sujeitos: aos

¹⁴ Este grupo conquistou a maioria da assembléia provincial em 1856 e manteve seu domínio na política local durante os dez anos seguintes, segundo Piccolo (1974).

¹⁵ Cf. “Instituto Histórico - 12ª sessão em 28 de outubro de 1860”, *Revista do IHGPSP*, n. 2, 1860, p. 5.

“heróis” couberam os sacrifícios e triunfos dos combates e aos “sábios” a missão de registrar esse “padrão de glórias” para a posteridade. Esses últimos deviam enfatizar a missão combatente da província na construção da pátria.

Comparada com o padrão dos estudos do IHGB, a história épica proposta pelo barão sugeria uma perspectiva peculiar. Nem a paulatina construção do Estado civilizador pelas elites, nem a contribuição das três raças formadoras do trabalho premiado de Carl von Martius, mas sim o sacrifício das batalhas e os ideais que as justificam. Ainda que, na Corte do Rio de Janeiro, os “sábios” concebessem a história do império sob perspectivas diferentes daquela dos “heróis”, na província de São Pedro se procurava definir um sentido para a cooperação entre militares e literatos. O Barão de Porto Alegre considerava que era seu papel simbolizar o patriotismo nascido nos campos de batalha e tornar-se fonte de uma inspiração moral que faltaria aos homens de letras. Cumpria, portanto, aos oficiais da caserna trazer o sentimento próprio dos heróis militares para a instituição guardiã do conhecimento. Não por acaso, os portadores de patentes militares tinham uma presença significativa no IHGPSP, chegando próximo de um terço do total de 111 sócios conhecidos.

Aos senhores armados da fronteira meridional do Império, devidamente integrados à Guarda Nacional, seguramente interessava uma narrativa em tom patriótico dos feitos militares contra os vizinhos castelhanos. Omitia-se os interesses privados em jogo e, dessa forma, os temidos chefes caudilhos agora podiam figurar como legítimos protagonistas da história nacional. As circunstâncias imediatas da política partidária também devem ser levadas em conta para se compreender esse arranjo historiográfico. Naquele momento, esboçava-se a dissidência liberal descontente com os rumos da política conciliadora na província e os indícios sugerem que o interesse em salvar o pacto entre os velhos liberais e os conservadores certamente foi uma das razões da criação do Instituto da província. A conveniência política de sua existência era admitida abertamente pelos sócios.¹⁶ Investia-se, portanto, no possível efeito apaziguador que uma história oficial unívoca teria sobre a cada vez mais dividida cena política local. É interessante observar que a iniciativa partiu de um núcleo palaciano baseado em Porto Alegre. Segundo os estatutos, na capital da província ou em seus arredores é que deveriam residir os 40 sócios efetivos, favorecendo a influência de um seletivo grupo de médicos, bacharéis e professores ligados à Diretoria da Instrução Pública, sob a direção de José Antonio do Valle Caldre e Fião, agora retornado à terra natal. Já entre os

¹⁶ Cf. “Instituto Histórico - 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862”, *Revista do IHGPSP*, 1862, p. 6.

sócios correspondentes do interior, predominavam os grandes proprietários e chefes políticos de diferentes partidos e interesses.¹⁷

Naquele momento, o consenso entre os senhores da política, da guerra e das letras na ex-república rio-grandense encontrava-se ameaçado e procurava-se restaurá-lo, pelo menos no plano simbólico. Segundo os discursos dos fundadores, tratava-se de promover a união em torno da missão de enfrentar a tradicional incompreensão do império para com o Rio Grande de São Pedro e provar seu papel histórico de construtor das fronteiras e da glória militar da monarquia.¹⁸ O principal argumento era que a história da província estava profundamente ligada à do Império pelas contínuas guerras que nela ocorreram, as chamadas “lutas nacionais” que fizeram parte da “história geral do país”. Além disso, se por um lado o reconhecimento da história da província confunde-se com a história da nação brasileira, por outro não se pretende ignorar os interesses locais que levaram à guerra civil farroupilha. Desejava-se que o IHGPSP reafirmasse a vinculação histórica da província ao Império sem abrir mão de sua condição “particular”. Reivindicava-se a integração afirmando as diferenças.

Não devemos exagerar, porém, ao considerar o entusiasmo que a idéia teria provocado. A instituição teve vida curta. Não foram encontrados indícios de sua permanência após o ano de 1863, quando circulou o último número conhecido da sua Revista. É provável mesmo que o IHGPSP tenha recebido muitos sócios em busca apenas do prestígio do IHGB, e que, para a maioria, vaidade e conveniências políticas fossem as principais motivações. Pouca evidência existe de uma efetiva dedicação à pesquisa e escrita de uma história oficial que cumprisse o projeto de ser ao mesmo tempo rio-grandense e brasileira. E a intensa luta partidária na província não deve ser menosprezada como possível causa da desagregação do grupo. O liberal-progressismo não sobreviveria à guerra com o Paraguai, seguindo-se a crise definitiva daquele partido e a ascensão dos chamados liberais “históricos”. À sua queda também não sobreviveu o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, filho dileto de sua política e de seus próceres.

No entanto, apesar do insucesso imediato deste Instituto Histórico e Geográfico provincial, existem motivos para julgar que seu projeto teve efeitos mais duradouros no longo prazo, que se revelaram na formação da próxima geração de homens de letras da província. Assim que ficou assegurada a vitória na guerra com o Paraguai, em 1868, fundava-se em Porto Alegre a sociedade Partenon Literário, reunindo uma nova geração de candidatos a

¹⁷ Cf. “O Instituto Histórico”, Revista do IHGPSP, n. 1, agosto 1860; Administração do 3º ano social do Instituto”, Idem, 1862; Achylles Porto Alegre, *Esboço biográfico – Caldre e Fião*, Revista do Parthenon Litterario, 1 e 4, 1876, p. 3-11 e 177-178.

¹⁸ Cf. “O Instituto Histórico”, in: Revista do IHGPSP, Porto Alegre, n. 1, agosto 1860, p. 3.

literatos. Entre os patronos da jovem república das letras rio-grandense, aclamados sócios honorários, estavam alguns veteranos do extinto IHGPSP, entre eles o próprio Manoel Marques de Souza e o veterano literato Caldre e Fião. A nova associação, no entanto, tinha o frágil objetivo de consagrar-se como espaço exclusivo das letras, independente dos interesses da política partidária. Se existia uma clara disposição de ruptura com o passado por esse lado, desejava-se, mesmo assim, dar continuidade à síntese de integração na nacionalidade e afirmação da identidade local que animou os promotores do velho Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro.

Referências bibliográficas:

CALLARI, Cláudia Regina. *Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes.*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. pp. 59-83.

CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual.* In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). História cultural. Experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.* Estudos Históricos, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial: o IHGB (1838-1889),* Revista do IHGB, n. 388, julho-setembro 1995. pp. 459-613.

LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Campinas: Tese de Doutorado em História Social – Unicamp, 2004.

PICCOLO, Helga I. L. A política rio-grandense no II Império(1868-1882). Porto Alegre: Gabinete de Pesquisas de História do Rio Grande do Sul/IFCH/UFRGS, 1974.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.